

Prefácio

O estudo “Opções Educativas Sectoriais de Alguns Países Integrados no Pisa” foi desencadeado em 2009 pelo Professor Júlio Pedrosa, então Presidente do Conselho Nacional de Educação. A Professora Glória Ramalho dirigiu a equipa que elaborou o estudo, apoiado financeiramente pela Fundação Calouste Gulbenkian. Na sequência do relatório preliminar deste trabalho, o CNE organizou um *workshop* onde peritos convidados analisaram os diferentes capítulos. O relatório final foi posteriormente apresentado em Seminário internacional sobre “*O Impacto das Avaliações Internacionais nos Sistemas Educativos*” que contou com a presença de ilustres especialistas nacionais e internacionais. Esta publicação integra o Estudo, os contributos do *workshop* e as intervenções do seminário.

O CNE agradece a todos quantos colaboraram neste processo.

Temos defendido a necessidade de fundamentar as nossas recomendações e pareceres em estudos, e de inserir o debate sobre os temas e problemas em análise, no contexto nacional e internacional, via seguida neste projecto. Este modo de organizar os trabalhos permite aprofundar o debate, ultrapassar estereótipos e conferir rigor às propostas apresentadas.

O estudo agora publicado, coordenado por Glória Ramalho, contribuiu para enriquecer reflexões que temos vindo a desenvolver designadamente sobre os percursos escolares em Portugal. A ancorou-se em algumas questões essenciais à análise das problemáticas da qualidade e equidade dos sistemas

¹ Presidente do Conselho Nacional de Educação.

educativos e do modo como os diversos sistemas organizam a avaliação, a diversidade de origens socioculturais, os comportamentos na escola e os percursos escolares dos alunos.

Dispensando-me de detalhar aqui o conteúdo dos capítulos de cada um dos autores do estudo, queria, no entanto, prestar homenagem ao António Candeias que nos deixou inesperadamente antes de ver publicado o produto do seu trabalho.

Os debates realizados a partir do estudo, que integram esta publicação, alargaram-se à problemática das avaliações internacionais e ao seu impacto na melhoria da qualidade e da equidade dos sistemas.

A aceitação deste tipo de avaliações, nomeadamente através do PISA, não tem sido uma questão pacífica, tendo provocado reacções diversas que vão da recusa de participação ao questionamento sobre o valor dos instrumentos de medida, sobre a legitimidade da OCDE ou sobre a adequação do projecto ao caso português.

Contudo, podemos admitir que a pressão das comparações internacionais poderá ter induzido um esforço suplementar realizado nos últimos anos ao nível das políticas e das práticas organizativas e pedagógicas no sentido da melhoria das aprendizagens e dos resultados escolares.

O esforço de melhoria que decorre dos resultados das avaliações poderá ter contribuído para questionar cada vez menos o valor e a pertinência das comparações internacionais.

Por outro lado, não é mais possível ignorar o contexto de globalização em que vivemos e os desafios que este coloca. Também não podemos ignorar que vivemos num mundo de incertezas em que a interdependência e a globalização criam exigências ao nível das políticas e têm consequências nas nossas vidas. Os Estados já não possuem autonomia para definirem políticas sem terem em conta o que se passa no mundo e, muito em especial no nosso caso, na Europa.

A educação e a formação têm vindo a ser consideradas indispensáveis ao desenvolvimento dos países e das pessoas. Não só no que diz respeito à competitividade entre continentes e países, mas também ao desenvolvimento económico e capacidade de inovar, ao combate às desigualdades e à conquista do equilíbrio e coesão sociais. A Educação para Todos tem sido considerada pela UNESCO como uma das principais condições para combater as desigualdades, a pobreza e a exclusão.

Nesta linha, Portugal assumiu compromissos no quadro da União Europeia e da Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI). A esses compromissos estão associadas estratégias e etapas de regulação transnacionais que, muito embora não imponham aos países caminhos uniformes, impelem-nos a acelerar as suas trajectórias para atingir as metas definidas.

Neste quadro, as comparações internacionais desempenham um papel significativo porque alargam o horizonte do possível, criando, assim, novos desafios em matéria de qualidade e equidade, ao mesmo tempo que indicam o sentido da evolução do mundo. Em matéria de ciência e inovação, emergem como pólos a China e a Índia. Em matéria de competências de empregabilidade, a procura social centra-se agora em competências de tipo analítico, que permitem extrapolar a partir do que se aprende, e de tipo interactivo, que têm a ver com a capacidade de relacionamento em grupos heterogéneos.

Veja-se a propósito a intervenção de Andreas Schleicher (responsável da Divisão de Indicadores e Análise da OCDE), para quem, com estudos internacionais como o PISA, “*o mundo pode ser considerado como um laboratório*”, onde é possível conhecer o estado de cada país avaliado, mas também os factores que mais contribuem para a qualidade e a equidade dos sistemas. Esta perspetivação internacional pode contribuir para ultrapassarmos o fatalismo com que em geral encaramos o futuro em Portugal.

Se o nosso atraso se justifica, em parte, pela caracterização cultural da população portuguesa, consequência de um longo período em que não se investiu na educação e em que esta era assumida como um risco para a ditadura, o futuro não pode continuar refém do passado. É neste sentido que o PISA pode

constituir um elemento de mudança ao permitir traçar os nossos próprios caminhos através do conhecimento que nos proporciona sobre diferentes sistemas e factores de desenvolvimento educativo. O PISA mostra-nos que a origem sócio-cultural dos alunos afinal pode não constituir explicação cabal dos resultados escolares, porquanto há escolas e sistemas que conseguem atenuar os efeitos das desigualdades, com maior ou menor eficácia.

O debate sobre diferentes estratégias adoptadas por outros países para a resolução dos problemas (e não a cópia linear de soluções) permite alargar perspectivas quanto a caminhos a adoptar. Foi esta perspectiva que esteve na base da realização do estudo e do seminário que agora se publicam. Encaramos as comparações internacionais como uma inspiração, um desafio e mais um elemento que pode contribuir para aprofundar o conhecimento do nosso sistema, da nossa escola e das suas práticas, e desse modo traçar novos caminhos para as melhorarmos. É certo que estamos perante contextos sociais, económicos e culturais diferentes e que as práticas não têm sentido isoladas dos seus contextos. Contudo, não nos parece legítimo ignorar as comparações internacionais, porque o conhecimento das diversas soluções adoptadas, devidamente contextualizadas, e a sua discussão permitem operar rupturas num pensamento por vezes cristalizado e ultrapassar estereótipos, como aqueles que rodeiam o debate em torno das soluções para melhorar as aprendizagens e resultados escolares.

No caso português, o PISA questiona-nos sobre o modo de regulação dos percursos escolares, matéria amplamente discutida no seminário, sobre a qual o CNE se tem debruçado designadamente no relatório sobre o *Estado da Educação 2010*, recentemente publicado.

Uma das questões que o PISA põe em evidência é que os alunos que frequentam o ano escolar correspondente à sua idade apresentam resultados médios e bons. Donde se pode concluir que o principal problema do nosso sistema é não conseguir actuar quando os alunos manifestam dificuldades, de forma a que possam adquirir as aprendizagens e competências correspondentes à sua idade. Pelo contrário, usamos as repetições como modo de melhorar a situação e regular os percursos escolares. Nos países

estudados nem sempre a repetição é a estratégia pedagógica eleita para superar as dificuldades dos alunos. Seria preferível atribuir às escolas as verbas que são “desperdiçadas” com as repetições, canalizando-as para o desenvolvimento de estratégias de apoio aos alunos com vista à superação das dificuldades, tal com sugerido por A. Schleicher no seminário. Também Bártolo Paiva Campos, nas conclusões do seminário, considera que “o facilitismo do nosso sistema é reprovar. É muito fácil reprovar; o mais difícil é enfrentar as dificuldades derivadas da diversidade dos alunos e conseguir que mais alunos aprendam.”

O apoio aos alunos que encontram dificuldades nos seus percursos, a compreensão dessas dificuldades e a definição de estratégias de superação são processos de grande complexidade, nos quais é indispensável investir.

É, portanto, indispensável acompanhar os alunos na escola de modo a que trabalhem mais, e, por conseguinte, aprendam mais e com sucesso.

Não podemos aceitar a mentalidade de “fado” que nos condenaria a ocupar eternamente maus lugares em matéria de resultados escolares. A história recente mostra que temos razões para ser optimistas em matéria de educação, de ciência, inovação e conhecimento. Temos excelentes professores e excelentes equipamentos e podemos dar passos decisivos no plano da Educação.

